

N. F. Nº - 210943.0036/21-4
NOTIFICADO - DORF KETAL BRASIL LTDA.
NOTIFICANTE - CARLOS LÁZARO DE ANDRADE
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 03/11/2025

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0252-02/25NF-VD

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALIQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota na remessa interestadual para consumidor final, conforme estabelece o inc. IV e inc. II, do § 4º do Art. 2º da Lei 7.014/96 e da EC 87/15. Contribuinte comprovou que não houve transferência de titularidade dos produtos e sim, uma simples remessa para prestação de serviço para qual fora contratado. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 04/03/2021, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 15.421,38, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração 01 62.01.02 – O remetente e ou prestador localizados em outra unidade da Federação, inclusive o optante pelo simples nacional, que não efetuou o recolhimento do ICMS em razão da aplicação diversa de alíquota diversa da prevista na EC nº 87/15, nas saídas de mercadorias, bens e serviços destinados a consumidor final -contribuinte ou não – localizado neste Estado.

Enquadramento Legal: Inc. IV do Art. 2º, inc. II do § 4º do Art. 2º; § 7º do Art.15 e Art. 49-B da Lei 7.014/96 C/C Art. 99 do ADCT da CF/88, acrescida pela EC nº 87/2015 e Convênio 93/15.

Multa prevista no art. 42, inciso II alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Consta na descrição dos fatos:

“Trata-se de entrada de mercadorias, descritas nas notas fiscais nº 23274 e 23281, no território baiano promovida pelo sujeito passivo que as fabricou e remeteu, em operação interestadual não tributada, para seu próprio uso e consumo na prestação de serviço de limpeza de planta industrial da Petrobrás sem o recolhimento do valor resultante da aplicação da alíquota interna da Bahia e da interestadual do Rio Grande do Sul, nos termos do art.2º, inciso IV da Lei 7.014/96 que implementou a emenda constitucional nº 87 de 2015”

Está anexado ao processo: I) Termo de Apreensão nº 2109431017/21-3 (fl. 3) II) Cópia da Carta-Contrato da Petrobrás com o notificado (fls.4/6); III) cópia do DANFE 23274 (fl. 7); IV) cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl. 17).

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 27/34.

Informa que se trata de remessa para prestação de serviços que foram realizados da RLAM em São Francisco do Conde, BA e cobradas através das notas fiscais de serviços nº 13 de 02/03/2021, 15 e 16 de 01/10/2021, de acordo com previsto no contrato 5900.0115980.20.3, pela equipe do funcionário Gustavo Artur, sendo esse o motivo do documento fiscal de remessa de mercadoria ter o mesmo como destinatário.

Diz que a operação de remessa de mercadorias para prestação de serviços é uma operação que não possui incidência de ICMS de acordo com o inciso VI do art.11, livro III do RICMS/RS pois os produtos e os serviços resultante de sua utilização são tributadas pelo ISS no município de sua prestação de serviços, sendo no caso em questão, devido para o município de São Francisco de Conde -BA.

Registra que em anexo à defesa consta as informações do contrato 5900.0115980.20.3 e as notas fiscais de serviços 13,15 e 16.

Pede que avaliem as informações apresentadas a fim de baixar a cobrança dos valores do ICMS.

Não consta Informação Fiscal no processo.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS previsto na EC nº 87/15 das mercadorias constantes no DANFE 23274, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal, com o valor histórico de R\$ 15.421,38.

A Notificante em sua peça, acusa a Notificada tipificando-a na infração 01(062.01.02) de ter deixado de proceder ao recolhimento do ICMS conforme previsto na EC 87/15. Para tal se alicerça no enquadramento da legislação vigente para a entrada de mercadorias no Estado da Bahia, com destino a não contribuinte do imposto.

A mercadoria vinda do Estado de Rio Grande do Sul destinado a Gustavo Artur Silva Santos localizado na cidade de Salvador/BA, que não possui inscrição estadual no cadastro da SEFAZ, devendo, portanto, o remetente recolher o ICMS referente a diferença de alíquota para o Estado da Bahia, conforme está estabelecido na legislação tributária estadual e estão respaldados pela Emenda Constitucional nº 87/15 e Convênio ICMS 93/15:

VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;

VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 99:

"Art. 99. Para efeito do disposto no inciso VII do § 2º do art. 155, no caso de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro Estado, o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino, na seguinte proporção:

I - para o ano de 2015: 20% (vinte por cento) para o Estado de destino e 80% (oitenta por cento) para o Estado de origem;

II - para o ano de 2016: 40% (quarenta por cento) para o Estado de destino e 60% (sessenta por cento) para o Estado de origem;

III - para o ano de 2017: 60% (sessenta por cento) para o Estado de destino e 40% (quarenta por cento) para o Estado de origem;

IV - para o ano de 2018: 80% (oitenta por cento) para o Estado de destino e 20% (vinte por cento) para o Estado de origem;

V - a partir do ano de 2019: 100% (cem por cento) para o Estado de destino".

Na defesa a Impugnante diz que a Notificação Fiscal não deve prosperar porque a remessa da mercadoria de sua propriedade foi para ser aplicado em uma prestação de serviço a ser realizada na Petrobrás em São Francisco do Conde conforme contrato apresentado. Informa também que os

produtos foram enviados para o funcionário Gustavo Artur que é o responsável pelo serviço a ser prestado, e a remessa dos produtos é uma operação que não possui incidência de ICMS de acordo com o inciso VI do art.11, livro III do RICMS/RS, pois os produtos e os serviços resultante de sua utilização são tributadas pelo ISS no município de sua prestação de serviços, sendo no caso em questão, devido para o município de São Francisco do Conde -BA. Para comprovar seus argumentos anexou cópia do contrato de prestação de serviço junto a Petrobrás e as notas fiscais de serviço emitidas pela Prefeitura de São Francisco do Conde.

A análise dos documentos anexados pela defesa nos mostra:

- i) A Carta-Contrato nº 5900.0115980.20.3 apresentado registra que o Notificado foi contratado pela Petrobrás para realizar o serviço de descontaminação química e desgaseificação para liberação de unidades de processo da Refinaria Landulpho Alves – RLAM. O contrato foi assinado pelo representante do Notificado, Gustavo Artur Silva Santos, que é o coordenador do serviço contratado.
- ii) A Nota Fiscal 23274 foi emitida pelo Notificado destinado ao seu representante Gustavo Artur Silva Santos, que é responsável pelo serviço contratado pela Petrobrás, com Natureza de Operação – REMESSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com os produtos necessários para realização do serviço, sem destaque do ICMS.
- iii) O Notificado também apresentou cópias das notas fiscais serviços nº 0013, 0015 e 0016 emitidas pela Prefeitura de São Francisco do Conde comprovando a execução dos serviços para que tinha sido contratado pela Petrobrás.

Conforme está estabelecido na legislação tributária estadual e respaldados pela Emenda Constitucional nº 87/15 e Convênio ICMS 93/15. nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto deverá ser recolhido a diferença de alíquota pelo remetente, no entanto, o Notificado comprovou que não foi uma transação comercial com transferência de titularidade das mercadorias constantes nas notas fiscais, e sim, uma simples remessa para prestação de serviço para qual fora contratado pela Petrobrás e que o destinatário da mercadoria é um funcionário da Empresa responsável pelo serviço contratado.

Dessa forma, entendo que não cabe a cobrança da diferença de alíquota pois não houve transferência de propriedade dos produtos constantes na nota fiscal e tão somente uma simples remessa para prestação de serviço, que não tem incidência do ICMS.

Diante do exposto, voto como IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **210943.0036/21-4**, lavrada contra DORF KETAL BRASIL LTDA.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 20 de outubro de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA